Notícias do dia 13 de dezembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 5 | Número de veículos: 5

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Em Luziânia, Lissauer Vieira é homenageado com a mais alta honraria do Legislativo goiano 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Plenário se reúne em sessão extra às 10 horas, nesta 2ª-feira, 13 5

APARECIDANET.COM - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alego deve votar 94 matérias em sessão extra nesta próxima terça-feira, 14/12 7

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Plenário se reúne em sessão extra às 10 horas, nesta 2ª-feira, 13 10

JORNAL ESPAÇO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Estados / Goiás / Quitação de Dívida de Gestão Anterior com Municípios: Governo de Goiás quita dívida com municípios 12

Em Luziânia, Lissauer Vieira é homenageado com a mais alta honraria do Legislativo goiano

Proposta pelo prefeito da cidade, Diego Sorgatto (DEM), quando ainda era parlamentar, e entregue pelo deputado Humberto Aidar (MDB), a comenda é considerada a mais alta honraria concedida pelo Poder Legislativo e é destinada a pessoas que contribuem para o desenvolvimento econômico e social do estado.

O chefe do Legislativo goiano expressou o seu sentimento de gratidão e ressaltou o seu compromisso parlamentar junto à população luzianiense, destacando, em seu discurso, que a honraria a ele concedida reforça ainda mais a sua responsabilidade com as necessidades dos goianos e, sobretudo, com a região do Entorno do Distrito Federal.

"Receber essa mais alta honraria do Poder Legislativo nos traz grande alegria, nos enche de orgulho e aumenta ainda mais o nosso compromisso de continuar atuando em prol do progresso de todo o nosso estado, especialmente, aqui nessa região tão importante e que merece, sem dúvidas, a nossa total atenção", disse Lissauer.

O presidente da **Alego** salientou ainda a amizade e a parceria firmada junto ao prefeito de Luziânia e autor da propositura. Segundo ele, um grande gestor que vem transformando a realidade do município, que nesta segunda-feira, 13, completa 275 anos de história.

"Há pessoas que nós conhecemos na política e que ficamos, de fato, quase fazendo parte da mesma família e o Diego Sorgatto é uma delas. Um grande amigo que tem transformado a administração pública deste município.

Fico muito emocionado de estar aqui recebendo essa homenagem nessa cidade que completa agora quase três séculos de história e desenvolvimento", destacou.

Por sua vez, o prefeito Diego Sorgatto evidenciou a importância da homenagem por ele proposta e a grande contribuição do chefe da Casa de Leis com as necessidades dos municípios goianos e de todo o estado de **Goiás**. "O presidente Lissauer Vieira tem demonstrado muita dedicação, empenho e espírito público na condução do Poder Legislativo. Uma pessoa que tem ajudado em todos os momentos o Governo do Estado. Por isso, eu me sinto muito honrado em ser o autor dessa proposta e poder dizer com muito orgulho que sou amigo do presidente da **Alego**, esse homem de caráter ímpar e exemplar", sublinhou.

Humberto Aidar, responsável por presidir a sessão solene no município, também enfatizou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo presidente da **Alego**, não só no âmbito Legislativo, mas nos quatro cantos de **Goiás**. "Para nós é uma alegria e um grande prazer ter sido escolhido para fazer a entrega oficial dessa honraria ao amigo e deputado Lissauer Vieira.

Ele que vem desenvolvendo um brilhante trabalho não só na Assembleia, mas em todo o estado de **Goiás**.

Com toda certeza e convicção, uma homenagem a quem muito merece e a quem muito faz pela população goiana", pontuou.

Também prestigiaram a solenidade, o presidente da Câmara Municipal de Luziânia, vereador Carlos da Liga; ex-deputado federal e diretor Legislativo da **Assembleia Legislativa de Goiás**, Marcelo Melo (DEM); procuradora- geral do município de Luziânia, Yasmin Rodrigues; presidente da Associação Comercial e Industrial de Luziânia, Masashi; presidente da Associação de Artesãos de Luziânia, Marluci de Sousa; diretores da **Alego**, André Furquim (Comunicação) e Teófilo Luiz (Escola do Legislativo); comandante da Guarda Civil Municipal, GCM Alves; vereadores, secretários municipais e outras autoridades.

Encontro com lideranças Ainda durante sua agenda de trabalho em Luziânia e pautado pela conduta municipalista, o presidente da **Alego** também se reuniu com o ex-deputado federal Marcelo Melo e várias lideranças políticas da região.

Muito bem recebido pela comunidade local, o parlamentar ouviu reinvindicações, tratou de demandas municipais e reforçou a sua atenção à população luzianiense.

Para ele, diálogos importantes e focados, acima de tudo, no desenvolvimento do município.

Plenário se reúne em sessão extra às 10 horas, nesta 2ª-feira, 13

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda- -feira, 13, a primeira sessão deliberativa da semana.

Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio, oriundo do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam- se as propostas da Governadoria de nº 8995/21, nº 8735/21 e nº 9102/21. O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta- -se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)." Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Plenário se reúne em sessão extra às 10 horas, nesta 2ª-feira, 13

A primeira sessão deliberativa da semana tem na Ordem do Dia 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **TCE**. Dos projetos de deputados, 19 estão em votação definitiva, 61 em fase de 1ª apreciação e dez pareceres favoráveis da CCJ. Também poderão ser analisados três projetos da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda-feira, 13, a primeira sessão deliberativa da semana. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 , nº 8735/21 e nº 9102/21 . O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas,

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/122315/plenario-se-reune-em-sessao-extra-as-10-horas-nesta-2-feira-13

seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro reuniões deliberativas, das quais três foram sessões ordinárias regulares e uma foi convocada extraordinariamente. Em todos os encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 12 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 39 novas matérias. 19 destas são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposituras foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas já podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Alego deve votar 94 matérias em sessão extra nesta próxima terça-feira, 14/12

A primeira sessão deliberativa da semana tem, na Ordem do Dia, 94 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **TCE**. Dos projetos de deputados, 19 estão em votação definitiva, 61 em fase de 1ª apreciação e dez pareceres favoráveis da CCJ. Também poderão ser analisados em definitivo três projetos da Governadoria e, em apreciação única, um parecer do **TCE**, referente às contas do Executivo. A sessão terá transmissão ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) no site (portal.al.go.leg.br) e no Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda-feira, 13, a primeira sessão deliberativa da semana. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 94 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 , nº 8735/21 e nº 9102/21 . O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberada em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas,

seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro reuniões deliberativas, das quais, três foram sessões ordinárias regulares e uma foi convocada extraordinariamente. Em todos os encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 12 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 39 novas matérias. 19 destas são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposituras foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas já podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias - foto: **Alego** - Maykon Cardoso

A primeira sessão deliberativa da semana tem, na Ordem do Dia, 94 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **TCE**. Dos projetos de deputados, 19 estão em votação definitiva, 61 em fase de 1ª apreciação e dez pareceres favoráveis da CCJ. Também poderão ser analisados em definitivo três projetos da Governadoria e, em apreciação única, um parecer do **TCE**, referente às contas do Executivo. A sessão terá transmissão ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) no site (portal.al.go.leg.br) e no Youtube.

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda-feira, 13, a primeira sessão deliberativa da semana. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 94 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 , nº 8735/21 e nº 9102/21 . O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberada em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro reuniões deliberativas, das quais, três foram sessões ordinárias regulares e uma foi convocada extraordinariamente. Em todos os encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 12 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 39 novas matérias. 19 destas são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposituras foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas já podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias - foto: **Alego** - Maykon Cardoso

Site: https://aparecidanet.com.br/alego-deve-votar-94-materias-em-sessao-extra-nesta-proxima-terca-feira-14-12/

Plenário se reúne em sessão extra às 10 horas, nesta 2ª-feira, 13

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza, extraordinariamente nesta segunda-feira, 13, a primeira sessão deliberativa da semana. Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 94 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 19 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 61 em fase de primeira apreciação e dez pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados três projetos de lei da Governadoria em votação definitiva e, em apreciação única, um parecer prévio , oriundo do **TCE**, referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destacam-se as propostas da Governadoria de nº 8995/21 , nº 8735/21 e nº 9102/21 . O primeiro altera a Lei nº 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE).

Segundo justificativa do governador Ronaldo Caiado (DEM), um dos objetivos é alterar o art. 71-A, que disciplina a penalidade específica decorrente de obrigações acessórias correspondentes à Escrituração Fiscal Digital (EFD). O texto pretende que o contribuinte beneficiário do programa ProGoiás que incorrer em irregularidades seja penalizado no mesmo patamar aplicado aos contribuintes dos programas Fomentar, do Produzir e de seus subprogramas.

Ainda conforme a proposta, a Secretaria da Economia destaca a finalidade de adequar dispositivos que tratam do Cadastro de Contribuintes do Estado de **Goiás** (CCE). "Ajusta-se o texto legal às situações práticas relativas aos eventos cadastrais que passarão a ser realizados, de forma automática, pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim)."

Já o segundo projeto promove adequação na Lei nº 20.918, de 21 de dezembro de 2020, que versa sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. "O que se propõe é assegurar que os editais de processo seletivo simplificado de contratação por tempo determinado reservem parte das vagas de formação superior aos profissionais com até três anos de conclusão da graduação, consoante critérios objetivos definidos pelo órgão central de gestão de pessoal", frisa o Governo.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados em 27 de maio de 2021, a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 foi superior a 14% no país. Também se constatou que a taxa de desempregados entre 18 e 24 anos ficou acima da média geral, pois alcançou 31% no referido período.

Por fim, também poderá ser deliberado em votação definitiva a proposta da Governadoria que altera a Lei n° 11.651, de 26 de dezembro de 1991, a qual institui o Código Tributário do Estado de **Goiás** (CTE). Nesse caso, o projeto busca promover alterações nas formas de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) no estado.

"Propõe-se o ajuste da base de cálculo do tributo, a forma de avaliação dos bens e dos direitos indicados, a possibilidade de parcelamento do imposto em até 48 vezes, a instituição de mecanismos de maior celeridade para o processamento da declaração do ITCD e a adequação das penalidades aplicáveis às infrações praticadas, entre outras modificações", diz o texto da matéria encaminhada para apreciação da Assembleia Legislativa.

Todas essas proposições, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na sessão extraordinária da próxima segunda-feira, 13, consulte a pauta prévia .

Votações da última semana

Na semana passada, os deputados realizaram um total de quatro reuniões deliberativas, das quais três foram sessões ordinárias regulares e uma foi

convocada extraordinariamente. Em todos os encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para a votação de matérias e 12 deliberações foram feitas. As votações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás** (TCM-GO).

Durante a última semana, ainda, entraram em tramitação na **Alego** outras 39 novas matérias. 19 destas são referentes a projetos de lei ordinária, sendo que 17 são de iniciativa parlamentar e duas são assinadas pelo Poder Executivo. Essas proposituras foram encaminhadas para apreciação das comissões técnicas já podem constar, em breve, na pauta de votações do Plenário.

Além desses, a Casa recebeu 16 relatórios da Secretaria de Estado da Saúde (SES), três vetos do governador Ronaldo Caiado a projetos de lei aprovados anteriormente pelo Plenário e um comunicado-geral da Secretaria de Estado da Casa Civil.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom) pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/plenario-se-reune-em-sessao-extra-as-10-horas-nesta-2a-feira-13/

Estados / Goiás / Quitação de Dívida de Gestão Anterior com Municípios: Governo de Goiás quita dívida com municípios

O governador **Ronaldo Caiado** assinou, na sexta-feira (03/12), termo de ajuste de gestão (TAG) para quitar dívida de R$ 138,6 milhões, junto aos 246 municípios goianos, referente a contrapartidas estaduais obrigatórias na Saúde deixadas em atraso pela gestão anterior, de 2016 a 2018. O acordo foi celebrado entre o **Governo de Goiás**, o **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**), a Associação Goiana dos Municípios (AGM) e a Federação Goiana dos Municípios (FGM).

"Às vezes, pode parecer que é apenas preocupação com os números. Não, é preocupação com o cidadão. Quando você tem um Estado que cumpre as regras fiscais, o cidadão é o beneficiário final", disse o governador ao destacar seu compromisso de gerir "com responsabilidade e transparência" os recursos públicos.

"Mesmo com as dificuldades que assumi o Estado, nunca atrasei um dia a contrapartida junto aos 246 municípios e nem com duodécimo de nenhum poder ou nenhum órgão independente", pontuou o governador.

Publicidade

Continuação da Matéria

Pelo acordo firmado, a Secretaria de Estado da **Economia** deverá liberar o valor mensal para que a Secretaria Estadual da Saúde (SES) disponibilize os repasses, por meio do Fundo Estadual de Saúde, aos respectivos Fundos Municipais de Saúde. O montante será quitado em 12 parcelas mensais de R$ 11.557.006,67, de janeiro a dezembro do próximo ano.

"Já zeramos o que não havia sido pago em merenda escolar, em transporte escolar e, agora, é a vez da saúde", declarou Caiado. A fala refere-se a outro débito milionário herdado por ele quando assumiu o Estado, em janeiro de 2019. Os repasses atrasados da educação, e que já foram devidamente quitados por Caiado, somam mais de R$ 82,4 milhões. A dívida da merenda escolar era de R$ 10,4 milhões e a do transporte de R$ 72 milhões.

Sobre a saúde, em dois anos e 11 meses, o **Governo de Goiás**, por meio da SES, repassou R$ 561.745.396,00, correspondentes às contrapartidas obrigatórias, por meio de pagamentos regulares. Desse valor, R$ 139,9 milhões foram destinados a um repasse extraordinário, feito em dezembro de 2020, com o intuito de auxiliar os municípios no combate à Covid-19. "Estou dando governabilidade para que os prefeitos tenham noção e certeza do que vão receber, para melhor administrar sua cidade", concluiu Caiado.

O presidente do **TCE**-GO, Edson Ferrari, disse que o objetivo do TAG é "trazer orientação pedagógica para solução dos problemas". Também fez um aceno ao governador em relação à parceria firmada: "Estamos com espírito de contribuição, conforme são ditadas nossas normas constitucionais".

Titular da pasta da **Economia**, Cristiane Schmidt, celebrou o desfecho do tratado com os municípios. "Não poderia ser melhor. É mais um exemplo da responsabilidade fiscal que este governo tem, em conjunto com a responsabilidade social, pois com saúde e educação a gente não deve brincar", frisou. "Eram dívidas de 2016, 2017 e 2018, quando as contas do Estado foram reprovadas, como no caso de 2018. Ficou esta pendência e, agora, porque estamos com situação fiscal melhor, estamos pagando todas as dívidas do governo anterior", completou a secretária.

Publicidade

Continuação da Matéria

"A partir do próximo mês, além da contrapartida mensal, vamos pagar esta dívida de forma que, dentro da gestão do governador **Ronaldo Caiado**, todas sejam quitadas", explicou o secretário de Estado de Saúde, Ismael Alexandrino. O titular da SES-GO informou, ainda, que esse recurso será importante para dar mais eficiência aos serviços de saúde prestados pelos municípios, especialmente no cenário de pandemia.

Conforme relatório do **TCE**, o maior débito é com os municípios de Aparecida de **Goiânia**, no valor de R$ 14,7 milhões; seguido da capital, que receberá R$ 12,6 milhões; e Anápolis, que registra pendência de

R$ 7,6 milhões. Rio Verde, na região Sudoeste, aparece com quase R$ 5 milhões. Já no Entorno do Distrito Federal, Formosa tem a receber R$ 4,6 milhões e Luziânia, R$ 4,4 milhões. Para o Estado arcar com esses valores, não haverá prejuízo na liberação dos demais pagamentos relativos ao cumprimento anual da vinculação constitucional.

"Os municípios, em 2016, 2017 e 2018, tiveram de remanejar recursos para cobrir a conta. Graças a Deus, no atual governo, todos os meses é pago em dia a contrapartida do Estado", salientou o presidente da FGM, Haroldo Naves. "E agora, pagando esse atrasado, faz com que o nosso planejamento possa ser cumprido. Isso evita a rejeição das contas", pontuou.

O presidente da AGM, Carlão da Fox, complementou: "O momento é de agradecimento ao governador, à secretária de **Economia**, e ao secretário de Saúde pelo entendimento de realmente fazer o que estava faltando para os municípios".

Best free WordPress theme

Site: http://jornalespaco.com/2021/12/13/estados-goias-quitacao-de-divida-de-gestao-anterior-com-municipios-governo-de-goias-quita-divida-com-municipios/